A tradução é a seguinte:

Reservas e declarações constantes de uma carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos, datada de 16 de Março de 1999, registada no Secretariado-Geral a 7 de Abril de 1999 — original inglês.

O Governo do Reino dos Países Baixos declara, em conformidade com o artigo 38.º, n.º 2, da Convenção, que o Reino dos Países Baixos aceita a referida Convenção relativamente às Antilhas Neerlandesas e a Aruba, e que as disposições assim aceites serão respeitadas, sujeitas às seguintes reservas e declarações:

«Em conformidade com o artigo 2.º, n.º 2, da Convenção, o Reino dos Países Baixos declara que se reserva o direito de não aplicar o disposto no artigo 2.º, n.º 1, da Convenção no que respeita à perda dos produtos de crimes puníveis nos termos da legislação sobre fiscalidade ou sobre alfândegas e tesouro.

Em conformidade com o artigo 6.º, n.º 4, da Convenção, o Reino dos Países Baixos declara que o artigo 6.º, n.º 1, da Convenção só será aplicável às infracções principais qualificadas como 'misdrijven' (crimes) pelas leis das Antilhas Neerlandesas e de Aruba.

Em conformidade com o artigo 23.º, n.º 2, da Convenção, as autoridades centrais das Antilhas Neerlandesas e de Aruba, designadas em aplicação do n.º 1 do artigo 23.º, são:

De Procureur Generaal van de Nederlandse Antillen Wilhelminaplein 4 (Stadhuis), Willemstad, Curaçao, Netherlands Antilles (telefone: 5999-463423314634333, fax: 5999-4611888);

De Procureur Generaal van Aruba, L. G. Smith Boulevard 42, Oranjestad, Aruba (telefone: 297-829132/834387; fax: 297-838891).

Em conformidade com o artigo 25.º, n.º 3, da Convenção, o Reino dos Países Baixos declara que os pedidos dirigidos às Antilhas Neerlandesas e a Aruba, bem como as peças anexas, redigidos numa língua que não seja a língua neerlandesa, inglesa ou espanhola, devem ser acompanhados de uma tradução numa dessas línguas.»

Portugal é parte da mesma Convenção, aprovada, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 70/97, de 13 de Dezembro, e ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 73/97, conforme publicado no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 287, de 13 de Dezembro de 1997, tendo sido depositado o respectivo instrumento de ratificação em 19 de Outubro de 1998.

Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais, 13 de Julho de 2000. — O Director de Serviços das Organizações Políticas Internacionais, *Rui Filipe Monteiro Belo Macieira*.

Aviso n.º 160/2000

Por ordem superior se torna público que a Lituânia ratificou, em 7 de Dezembro de 1999, com entrada em vigor a 1 de Abril de 2000, a Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa, aberta à assinatura em Granada a 3 de Outubro de 1985.

Portugal é parte da mesma Convenção, aprovada, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 5/91, de 23 de Janeiro, e ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 5/91, conforme publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 19, de 23 de Janeiro de 1991, tendo sido depositado o respectivo instrumento de ratificação em 27 de Março de 1991.

Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais, 13 de Julho de 2000. — O Director de Serviços das Organizações Políticas Internacionais, *Rui Filipe Monteiro Belo Macieira*.

Aviso n.º 161/2000

Por ordem superior se torna público que a Suécia retirou as seguintes reservas à Convenção Relativa ao Branqueamento, Detecção, Apreensão e Perda dos Produtos do Crime, aberta à assinatura em Estrasburgo a 8 de Novembro de 1990.

Withdrawal of reservation contained in a letter from the Minister of Foreign Affairs of Sweden, dated 11 June 1999, registered at the Secretariat General on 1 July 1999 — or. Engl.

With application of article 40.2 of the Convention, Sweden withdraws the reservation to article 6, deposited with the instrument of ratification on 15 July 1996.

A tradução é a seguinte:

Retirada de reserva constante de uma carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Suécia, datada de 11 de Junho de 1999, registada no Secretariado-Geral a 1 de Julho de 1999 — original inglês.

Em aplicação do artigo 40.º, n.º 2, da Convenção, a Suécia retira a reserva formulada ao artigo 6.º, depositada com o instrumento de ratificação em 15 de Julho de 1996.

Portugal é parte da mesma Convenção, aprovada, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 70/97, de 13 de Dezembro, e ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 73/97, conforme publicado no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 287, de 13 de Dezembro de 1997, tendo sido depositado o respectivo instrumento de ratificação em 19 de Outubro de 1998.

Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais, 13 de Julho de 2000. — O Director de Serviços das Organizações Políticas Internacionais, *Rui Filipe Monteiro Belo Macieira*.